

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS REFLEXOS NO CAMPO DE ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS PÓS 1970

Cristiane Katzer¹
Hernani Flavio Pessatto Nunes²
Leila Maria Panho³

Resumo: Nesse artigo pretendemos fazer algumas considerações sobre políticas públicas que, de alguma forma, repercutiram direta e indiretamente na configuração do espaço rural. Tem como objetivo geral identificar e compreender políticas públicas implementadas no Brasil após 1970 e os respectivos reflexos no campo. O suporte metodológico usado está baseado na pesquisa teórica-conceitual e na análise de dados secundários. Os resultados do estudo indicam que as políticas públicas estiveram sobrepostas ao âmbito técnico, econômico, político e social que, em grande medida, incentivaram o processo de modernização da agricultura nas diferentes escalas produtivas, baseada no emprego da técnica, da ciência e da informação na produção em si, nas indústrias que antecedem a produção (máquinas e equipamentos, insumos e fertilizantes) e nas indústrias processadoras da matéria prima. Todavia, as políticas públicas refletem cenário de seletividade espacial e descontinuidade temporal, esboçando um campo desigual e contraditório. Além disso, a implementação, consolidação e permanência de algumas políticas públicas são, em partes, resultados da luta social organizada.

Palavras-chave: Campo, Política pública, Reflexos.

Introdução

O texto foi elaborado a partir de discussões que fizeram parte de estudos realizados entre os autores no processo formativo de licenciados em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Francisco Beltrão, durante os anos de 2012 e 2016. O artigo tem como objetivo geral identificar e compreender as políticas públicas implementadas no Brasil após 1970 e os respectivos reflexos no campo. Para que o mesmo seja suprido, objetivos específicos foram estabelecidos: identificar as principais políticas públicas que tiveram intervenção direta e indireta no campo após 1970; caracterizar as políticas públicas identificadas; ressaltar quais foram os principais reflexos das mesmas no campo na produção, comercialização, organização política e social, estrutura populacional e fundiária.

¹Licenciada em Geografia pela Unioeste campus de Francisco Beltrão – Paraná. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Flor da Serra. E-mail: katzer.assintraf@outlook.com

²Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia nível Mestrado – UNIOESTE. Linha de pesquisa Educação e Ensino de Geografia. Bolsista CAPES. Pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisa de Estudos em História e Epistemologia da Geografia - HEGEO. E-mail: hernani_flavio@hotmail.com.

³Mestranda em Geografia na Unioeste campus de Francisco Beltrão – Paraná. Membro do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR). E-mail: leilapanho@hotmail.com

Metodologicamente o artigo está baseado na pesquisa teórica e análise de dados secundários. Como suporte teórico-conceitual utilizamos o levantamento, leituras, análises e discussões de artigos, livros e leis, que discutem e regulam as principais políticas públicas implementadas no país, além de temas da dinâmica da agricultura, interação campo-cidade, movimentos sociais etc. Os autores que deram base a nossos estudos foram: Braga (2007), Alves dos Santos (2008, 2011), Borges (2011), Fagnani (2011), Santos (2014), Silva (2002), Delgado (1985), Bueno (2008) e Yaub (2014). Para dar conta do objetivo, também realizamos levantamento, sistematização e análises de dados que nos ajudaram a atingir os objetivos nos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Banco Mundial do Brasil.

Nesse sentido o artigo está organizado da seguinte forma: no primeiro item apresentamos a introdução; em seguida esboçamos um panorama sobre a década de 1970, com destaque para SNCR e mecanização da agricultura; depois ressaltamos as repercussões dos movimentos sociais para a redemocratização da república e as políticas neoliberais; posteriormente ressaltamos as políticas públicas sociais e econômicas recentes; e, por último, apresentamos as considerações finais.

Políticas públicas e a 1ª modernização da agricultura

De 1930-1970 houveram reformas políticas e econômicas no Brasil que o permitiram passar por um período caracterizado por nacional desenvolvimentismo, sendo que, um dos setores que se transformou foi o agrícola, pela diversificação das culturas produzida e, posteriormente, a expansão industrial agrária e urbana.

Nesse contexto “[...] podemos constatar que foi no período de 1930 á 1970, que se completou a integração funcional dos setores agropecuário e industrial da economia brasileira. Trata-se de uma maior importância para o desenvolvimento entre ambos, inclusive por que acabou se dando em âmbito nacional, e não apenas em nível regional” (SZMRECSÁNYI, 2001, p.72, 73). A expansão industrial pelos espaços urbanos e rurais foi alavancada pelo presidente Juscelino Kubistchek, em conjunto com grandes indústrias nacionais e multinacionais.

A estruturação política e econômica permitiu que na década de 1960 se inserisse algumas políticas públicas de incentivo a modernização da agricultura, baseadas sobre o

pacote tecnológico da Revolução Verde, que consiste na substituição lenta e gradativa de uso de materiais robustos (enxada, arado de bois, carroça, sementes crioulas etc.), para fazer o uso de materiais tecnológicos (tratores, colheitadeiras, venenos, insumos e sementes selecionadas), que viriam a modernizar o setor e facilitar as atividades do plantio até a colheita.

O desenrolar do processo intensificou o surgimento das novas indústrias ligadas a agricultura. A primeira, a jusante (anterior) as unidades produtivas, através da qual se fabrica sementes, fertilizantes e insumos químicos, além de máquinas e equipamentos de uso agrícola e nas agroindústrias. A segunda são a montante (depois) das unidades produtivas, baseadas em indústrias de transformação inicial, intermediária e final das matérias primas oriundas do campo.

Segundo Delgado (1985, p.35), caracteriza-se pela consolidação dos Complexos Agroindustriais (CAIs), sendo

A constituição de um ramo industrial a montante (meios de produção para a agricultura) e a modernização do ramo industrial a jusante (processamento de produtos agrícolas) passa, necessariamente, pela modernização de uma parcela significativa da agricultura brasileira. Esse processo significa, também, que, em certa medida, a reprodução ampliada do capital no setor agrícola torna-se crescentemente integrada em termos de relações interindustriais para trás e para frente. No primeiro caso, essas relações implicaram a própria mudança do processo de produção rural de forma articulada a indústria produtora de insumos (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações e concentrados) e de bens de capital (tratores implementos diversos, colhedoras, equipamentos para irrigação etc.).

Nessa perspectiva, constitui-se o ciclo de desenvolvimento da agricultura, denominados de circuito espacial da produção, no qual, os espaços especializados em um único produto, necessitam de outros espaços rurais e urbanos para escoar a produção e para comprar insumos químicos, sementes, máquinas e equipamentos necessários a produção. Portanto é esse cenário que reforça a consolidação do CAIs.

O crédito assume um dos principais veículos articuladores entre a produção industrial e agrícola e a constituição do CAIs. Implantado como política pública a partir de 1965, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) repercuti na modernização do setor agropecuário, desloca-se o eixo da política por produtos para a política de mercadoria rural em geral. O crédito subsidiado é promovido pelo Estado visto a necessidade crescente de crescimento da produção.

O SNCR reforçou a consolidação do CAIs, visto que a disponibilidade de crédito é direcionada, principalmente, as culturas de grãos (feijão, milho, cana-de-açúcar) e uma pequena parte a pecuária. A aquisição de crédito remeteu as unidades produtivas ao estabelecimento sólido com os mercados de compra de insumos, assistência técnica e equipamentos agrícolas, além dos mercados de venda da matéria-prima.

Através do processo de urbanização, industrialização e modernização da agricultura, houve a migração de uma massa populacional do interior do país para os grandes centros urbanos e também do campo para a cidade. Com o crescimento acelerado e desordenado das cidades cria-se demanda por alimentos, bens de consumo durável e semidurável, refletindo diretamente no campo, nos tipos de produção, relação de produção e forças produtivas. Há uma concentração das atividades econômicas no território nacional.

O Brasil entrava em uma fase positiva do seu ciclo endógeno, marcando o chamado milagre brasileiro, no período 1963-1977. Os ciclos endógenos apresentam duração em torno de cinco anos e relacionam-se ao ciclo longo, mas respondem mais prontamente as políticas internas de curto prazo. Com a criação do banco nacional de habitação – BNH e da correção monetária, a construção civil era impulsionada pela nascente classe média urbana. A população urbana crescia a uma velocidade inesperada aumentava as pressões por redução dos custos de alimentação e expansão da oferta de produtos agrícolas (MEDEIROS, 2006, p.94).

Além disso, as regiões Sul e Sudeste ganhavam destaque no cenário nacional.

Nos anos de 1960 o “Centro-Sul” usufruía das vantagens aglomerativas, das economias de localização e de escala. Uma expressiva área aglomerava investimentos, infraestrutura e trabalhadores, como nos diz Azzoni (1988). A região em torno da Grande São Paulo emerge como “*um campo aglomerativo composto por forças centrípetas dirigidas por canais e pontos específicos dentro das áreas*”, a partir dos quais difundiam-se novos produtos, informações tecnológicas derivadas do ambiente proporcionado pela grande aglomeração e reduzidas restrições espaciais (Azzoni, 1988, p.80). Ampliavam-se as comunicações, os serviços públicos, a concorrência e concen-tração de capitais no espaço, os mercados de consumo, enquanto as relações internacionais articuladas à atuação do Estado e à dinâmica econômica interna se afiguravam como fatores-síntese e condicionantes estruturais (MATOS, 2012, p.13).

Através dessas mudanças produtivas, econômicas e populacionais, governos e empresários brasileiros concentram planejamentos e investimentos nas cidades e nas principais culturas agrícolas da época. As agroindústrias foram destaque nesse período. Na Tabela 01, observamos a dinâmica populacional de 1960 a 2010, consequência, em partes, da modernização do campo, da industrialização e urbanização das cidades.

Tabela 01. Evolução populacional Urbana brasileira entre (1960-2010)

	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Pop. Urbana	31.303.034	52.084.984	80.436.409	110.990.990	137.953.959	160.755.799
Pop. Rural	38.767.423	41.054.053	38.566.297	35.834.485	31.845.211	29.829.995
Pop. Total	70.070.457	93.139.037	119.002.706	146.825.475	169.799.170	190.755.799

Fonte: Censo Demográfico (2010). Leme 2010.

Dessa maneira, o êxodo rural foi provido pelos fatores de expulsão do campo (modernização conservadora) e os inúmeros de atração as cidades. Com isso, houve um contingente maior da população residindo nas áreas urbanas que favoreceu a formação de um crescente mercado consumidor de inúmeros itens da sexta básica oriundos da área rural, ou seja, da agricultura ligada aos mercados de comercialização. Em conjunto, há também o processo de instalação de inúmeras empresas agroindustriais nos centros urbanos ou ao redor deles, com o objetivo de abastecer o novo mercado e também processar o grande excedente de matéria prima gerada na agricultura modernizada.

Nos anos 1960 em diante que a população urbana começa a crescer, sendo grande percentual trabalhando em indústrias da jusante e montante agricultura. Podemos citar como exemplo: as indústrias de máquinas e equipamento, Case, John Deere, Valtra, Agrale, entre outras; indústrias de sementes, fertilizantes e insumos químicos Pioneer, Dekalb, Agrosience, e a Agroeste; agroindústria como Sadia, Perdigão, Parmalat, entre outras; além de indústrias de ligação indireta, como Knorr, Lacta, Hellmanns, Qualy, Del Valle, entre outras indústrias alimentícias.

Com a decadência do SNCR, a Política Pública de Garantia dos Preços Mínimos pagos aos produtos tomou relevância funcionando da seguinte forma: quando os preços dos produtos estavam baixos, o governo se encarregava de comprar e formar estoques reguladores. O objetivo central da política era retirar dos agricultores e capitalistas os riscos das safras que a agricultura dispõe, repassando para o Estado o mesmo. Com o montante de recursos reduzido há uma seleção criteriosa dos beneficiários SNCR, sendo favorecidos produtores ligados a indústria, ao comércio exterior e aos agrosserviços. O enfraquecimento do SNCR possibilitou campo de atuação para bancos privados e grupos econômicos ligados a produção.

Em suma, as inovações tecnológicas promovidas na agricultura possuíram estreita vinculação com a áreas urbanas agroindustriais, com o crédito público subsidiado, com

assistência técnica estatal, com a garantia estatal de preços dos produtos agrícolas, fruto da ação de políticas públicas de incidência direta e indireta sobre o espaço rural.

Movimentos sociais, redemocratização e políticas neoliberais

A desaceleração do ciclo de crescimento produtivo e econômico do país na agricultura e na indústria, ocasiona uma retomada dos movimentos sociais ligados, na maioria das vezes, a partidos políticos de esquerda. Nesse processo, como afirma Santos (2011, p. 30),

A espacialidade dos movimentos sociais emerge aí, então como sendo ditada pela configuração espacial dos recortes políticos-administrativos do estado, quando não é própria. Esta vinculação ou por que não dizer aprisionamento, opera através de um duplo empobrecimento teórico, de um lado tem-se que a condição de um movimento social é atribuída apenas àquelas organizações coletivas, que em sua constituição estabelecem algum tipo de mediação com o aparelhamento do estado, com consequentes rebatimentos passíveis de descrição por uma geografia que valorize as materialidades espaciais.

Os movimentos sociais passaram por um processo de reconstrução devido, principalmente, à situação econômica e política proporcionada pelo “milagre econômico”.

As bases trabalhistas passaram a se reorganizar e reformular as entidades sociais, entre elas os sindicatos, por exemplo, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC presidido pelo Ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Em conjunto, muitas mobilizações populares aconteceram. Nesse contexto de mudanças políticas e institucionais, afirma Chauí (2000, p. 14-15):

Em nossa sociedade, a indistinção entre o público e o privado não é uma falha, ou um atraso, mas é, antes, a forma mesma de realização da sociedade e da política, não apenas os governantes e parlamentares, praticam a corrupção sobre os fundos públicos. Dessa forma, do ponto de vista dos direitos sociais, há um encolhimento dos espaços públicos, do ponto de vista dos interesses econômicos, um alargamento do espaço privado.

Passou-se a organizar os movimentos trabalhistas com a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), Central Única dos Trabalhadores (CUT) criando e fortalecendo sindicatos aliados a central.

Do final da década de 1970 até final de 1980 os movimentos sociais se organizaram para reivindicar direitos igualitários na cidade e no campo, visto os encaminhamentos dados privilegiando os grandes empresários urbanos e os grandes produtores rurais.

O desfecho final foi os levantes que levaram a redemocratização da república, dentre eles as Diretas Já, que reuniu movimentos do PT, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Comunista do Brasil, (PC do B), MST, CUT e outras entidades.

Através da formação desses movimentos sociais, o Governo Brasileiro instituiu a nova Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988, p.01):

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A nova constituinte dá ao poder público obrigação de assegurar a população com serviços de educação, saúde, segurança, infraestrutura etc. Contudo, a entrada de governos neoliberais no poder adotaram políticas econômicas, produtivas e sociais em desacordo “bem estar social”, instituído pela CF de 1988.

Através do acordo de Consenso de Washington, realizado entre as maiores economias mundiais, o governo eleito pelas eleições diretas de 1989, Fernando Collor de Mello, inicia a atuação do neoliberalismo no Brasil, através da implementação de políticas de privatização e de corte de gastos. O Banco Mundial (BM) teve forte influência na inserção de políticas econômicas com o “objetivo mascarado” de enfrentar a crise inflacionária. Muitas medidas governamentais antissociais foram tomadas, dando poder a grandes empresas de capital privado de origem nacional e internacional sobre a produção e a economia das cidades e do campo.

O governo Fernando Henrique Cardoso assumiu o país num momento particularmente grave no que diz respeito à situação social da população: não só era grande o contingente de brasileiros vivendo em situação de pobreza e indigência, como também as desigualdades de riqueza e de renda atingiram patamares imoralmente elevados. Pobreza e desigualdade, cujas raízes remontam ao passado histórico, mas cujas causas mais imediatas se encontravam nas limitações do processo de desenvolvimento com base na substituição de importações conduzido pelo Estado, na crise desse padrão de desenvolvimento, nas incertezas dos processos anteriores de ajuste econômico e nas consequências do processo de reestruturação econômica imposto pela globalização (TIEZZI, 2004, p.01)

De acordo com Graziano da Silva (2002) o Brasil o final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 foi marcado pelo “desmanche” dos instrumentos de política agrícola (garantia de preços mínimos, estoques reguladores, redução do crédito subsidiado) promovido pelo

Estado como política pública, juntamente com a significativa queda dos recursos públicos destinados a agricultura.

Através das políticas regimentadas pelo governo brasileiro em 1993 em diante, em conjunto com o lançamento do Plano Real, com objetivo de encarecer os nossos produtos, aumentar a taxa de exportação e de importação, como podemos ver na Tabela 02.

Tabela 02: Balança Comercial Brasileira (1993-2002)

Balança comercial (Ano)	Exportação	Importação
1993	38.59	25.65
1994	43.54	33.10
1995	46.50	49.66
1996	47.74	53.30
1997	52.99	61.34
1998	51.12	57.59
1999	48.01	49.27
2000	55.08	55.78
2001	58.22	55.58
2002	60.14	47.04

Fonte: Balança Comercial Brasileira

Como podemos analisar na tabela acima, a partir da implementação da nova moeda brasileira, as exportações tiveram um aumento significativo, porém as importações também aumentaram. Em 1993 foram exportados US\$ 38.59 bilhões e em 2002 chegamos a US\$ 60.14 bilhões, uma evolução de 64,16%. Em consequência, as importações também aumentaram, eram de US\$ 25.65 bilhões em 1993, chegando a US\$ 47.04 Bilhões em 2002, uma evolução percentual de 54,52%.

Nessa perspectiva, houve uma queda na substituição de produtos industrializados produzidos e consumidos no mercado interno, com aumento da importação dos produtos para consumo interno. Essa situação gerou um excedente de desempregados no país.

De acordo com Panho (2017) no cenário de redução da ação estatal sobre os espaços rurais 1980-1990 no que diz respeito ao crédito subsidiado, as cooperativas agrícolas de venda-compra-transformação ganharam papel destaque na pequena e média unidades produtivas. As cooperativas serviram de ponte de aproximação entre as unidades produtivas e as novas tecnologias do setor, atuando como principal fornecedora de crédito, principalmente para culturas da soja, milho, leite, suíno, frango e madeira.

O cooperativismo vai receber apoio financeiro público somente no final da década de 1990, através de políticas de crédito agroindustrial juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) a partir de disponibilidade de crédito, incentivos fiscais e infraestrutura. Com esse novo aporte financeiro, alavancado no decorrer dos anos 2000 com os governos petistas, muitas cooperativas adentraram na produção agroindustrial ganhando mercados em nível nacional e internacional.

O BNDES durante os anos 2000 se tornou um dos principais agentes do financiamento agropecuário, especialmente nos investimentos em maquinários agrícolas de grande porte para as fazendas e para a agroindústria. O BNDES passou a ter grande influência no direcionamento dos investimentos e na escala dos empreendimentos agropecuários. O setor agropecuário foi foco prioritário de atuação do BNDES (MEDEIROS, 2013).

Nas décadas de 1980 e 1990, em concomitância com período de crise e enfraquecimento do poder público no campo, os movimentos sociais tiveram extrema importância na consolidação de novas políticas públicas de atendimento a pequena e média agricultura.

As discussões que se desenrolavam sobre os debates sociais rurais começaram a se voltar para a verificação do papel da pequena e média produção de caráter familiar no conjunto da agropecuária do país. É neste momento que o conceito de agricultura familiar se consolidou e estabeleceu pressões ao surgimento de uma política pública de amparo a agricultura familiar, mesmo que essa esteja com uma produção tecnificada e mercantilizada.

Alguns levantes populares da década 1980 e 1990, ajudaram a solidificar as políticas públicas para a agricultura familiar, dentre eles podemos citar: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); à Confederação Nacional Dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Movimento dos sem Terra (MST). Nesse contexto político, econômico e social que se inicia as políticas governamentais voltadas para as pequenas e médias unidades produtivas, com a criação e institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) a partir da Lei no 9.126, de 10 de novembro de 1995.

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (BRASIL, 1996, p.01).

O PRONAF teve algumas repercussões no espaço rural, principalmente na integração da agricultura familiar à cadeia dos agronegócios com lógica produtiva e comercial, garantindo agregação de valor à produção e à unidade a partir da oferta de linhas de crédito. Devido a diversidade de linhas de financiamento do programa aberta nos últimos anos, valorizou a diversidade da agricultura familiar.

Políticas públicas de caráter social e econômica dos anos 2000

No decorrer dos anos 2000 houveram mudanças na elaboração das políticas públicas no país, devido a alianças formadas entre presidentes da América do Sul e entidades, dentre elas podemos citar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Além disso, a eleição de governos democráticos em várias nações da América Latina, proporcionou relações mais passivas entre o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), dando centralidade ao poder público na elaboração e execução de políticas públicas de caráter econômico, produtivo e social.

No Cone Sul, e na América do Sul, a desilusão com a crença fundamentalista de que o mercado seria o instrumento de superação da pobreza abriu caminho para a emergência ao governo dos países da região de dirigentes políticos que, ao criticarem aquela crença e o sistema internacional a ela relacionado, buscam revigorar o papel do Estado. A crise sistêmica desencadeada com colapso do Lehman Brothers fortalece um novo consenso: o reconhecimento de que cabe ao Estado projetar políticas de desenvolvimento. Um projeto de integração regional exige ações que o mercado não realiza (VIGEVANI, JÚNIOR, 2009, p.03).

Nesse contexto de reformulação institucional e governamental, elege-se em 2002 em meio a uma das maiores crises econômicas e sociais brasileiras, o ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, do PT para presidente da república. No decorrer de seu governo algumas ações tomam destaque: redução das taxas de juros, crescimento do crédito subsidiado para uso industrial, agrícola e pessoal, etc. O estado brasileiro torna-se base estrutural para o desenvolvimento econômico, através da elaboração de políticas públicas com o intuito de promover o crescimento econômico e produtivo aliado a redução das desigualdades sociais, utilizando a teoria do bem-estar-social.

A partir do governo de, (Luiz Inácio Lula da Silva), retoma-se as políticas afirmativas de intervenção governamental voltadas para o desenvolvimento da

sociedade, realizando a queda nas taxas de juros, a implementação de uma política de substituição de importações, para a retomada das exportações e para a expansão do mercado interno, o crescimento econômico passou a estar vinculado as políticas sociais, e institucionaliza-se, a partir de então, medidas para a valorização do salário mínimo, que salta de 67 para 300 dólares ao final do seu mandato (NUNES, 2017, p. 19, 20).

Entre as políticas implementadas, podemos citar: o Bolsa Família que teve o objetivo de reduzir a extrema pobreza realizando a distribuição de renda; a Política de Valorização do Salário Mínimo e a Reforma da Previdência de 2004, ambas passaram a elevar à renda da classe proletarizada, a primeira elevando o salário mínimo anualmente, e a última reajustando os valores pagos para as aposentadorias conforme o salário mínimo.

Também houve, a implementação políticas públicas ligadas a educação através de programas que facilitaram o acesso da população a educação superior, dentre eles: Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Financiamento Estudantil (FIES), que concedem financiamento e bolsas gratuitas para estudantes das universidades particulares; a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Sistema de seleção Unificada (SISU) que realizaram a construção de novas universidades federais e ingressaram como políticas de financiamento infra estrutural das universidades estaduais.

A partir da institucionalização de políticas de estado, voltadas para o ensino superior, houve o ingresso de estudantes, que até então moravam no campo á essa modalidade de ensino.

Nessa perspectiva, tivemos também a criação de política pública voltada a educação básica, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que financiou a expansão das unidades escolares, a compra de novos ônibus escolares e a construção de laboratórios de informática.

Nada de inusitado, à luz da história brasileira, que justamente o governo de Lula da Silva, tenha logrado recuperar uma política econômica que dá curso à trajetória histórica da revolução burguesa brasileira. Ainda mais quando isso se faz através de coalizões de governo que agregam ao pacto de poder que seu partido lidera – um partido de orientação socialista saído da luta contra a ditadura, vale o registro –, notáveis representantes dos interesses da burguesia autóctone, quando não ela própria (SILVA, 2014, p.06)

Nesse contexto, o FUNDEB tornou-se fundamental para a construção de escolas no campo, para as reformas das escolas antigas e a aquisição de transporte público para a locomoção dos alunos, que geralmente ocorriam em longas distâncias.

Dessa forma, implementa-se o Programa de aceleração do crescimento (PAC), voltado para a infraestrutura dos estados e dos municípios na área rural e urbana, com destaque para o Programa Minha Casa Minha Vida, que financiou a expansão do setor de moradias, em que teve a linha de financiamento de moradias no espaço rural, (Programa Nacional de Habitação Rural) PNHR. Para Silva (2014, p.10) “É aqui o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) parece assumir um papel crucial, ator estatal que até agora, em parte com recursos do Tesouro Nacional (teve um aporte de R\$ 200 bilhões entre 2008-2010), vem sustentando o financiamento dos investimentos nacionais”.

Além dos programas implementados pelos governos do PT, tivemos a reestruturação e expansão do financiamento das políticas públicas já implementadas, como foi o caso do, FIES e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

Além dessas medidas, tivemos o desenvolvimento e reestruturação do PRONAF enquanto uma política pública de desenvolvimento produtivo e econômico da pequenas e médias unidades produtivas aliadas as agroindustrial e aos mercados nacionais e internacionais.

O processo de modernização da agricultura, que foi expressivo e contou com forte apoio oficial, entre meados dos anos 1960 e início da década de 1980, provocou a intensificação do êxodo rural, o abandono de estabelecimentos agropecuários familiares, redundando na ampliação das desigualdades sociais no campo e nas cidades. Em virtude de tais características, o PRONAF tem sido comparado à política de modernização agrícola, que ficou conhecida como a modernização conservadora, em virtude de alterar a base técnica e econômica da agricultura brasileira sem promover mudanças estruturais no campo, conforme demonstram Guanzirolli (2007) e Aquino (2009) (SARON, HESPANHOL, 2012, p.03).

A partir do diálogo com os movimentos sociais e as mudanças nas políticas econômica/social, o governo brasileiro institucionalizou medidas com o intuito de acelerar o processo de modernização e industrialização da agricultura no campo, através dos investimentos nas indústrias voltadas para o setor.

Podemos analisar os dados referentes aos investimentos nas pequenas e médias propriedades, entre (2000-2016):

Tabela 03: Financiamento da Agricultura Familiar

Safra	Financiamento da Agricultura Familiar (R\$ Bilhões)	Financiamento da Agricultura Familiar (R\$)
2000/2001	3,94	3.940.000.000,00
2001/2002	4,20	4.196.000.000,00

2002/2003	4,20	4.196.000.000,00
2003/2004	5,40	5.400.000.000,00
2004/2005	7,00	7.000.000.000,00
2005/2006	9,00	9.000.000.000,00
2006/2007	10,00	10.000.000.000,00
2007/2008	12,00	12.000.000.000,00
2008/2009	13,00	13.000.000.000,00
2009/2010	15,00	15.000.000.000,00
2010/2011	16,00	16.000.000.000,00
2011/2012	16,00	16.000.000.000,00
2012/2013	18,00	18.000.000.000,00
2013/2014	21,00	21.000.000.000,00
2014/2015	24,10	24.100.000.001,00
2015/2016	28,90	28.900.000.000,00

Fonte: BACEN – SAFEN - MDA

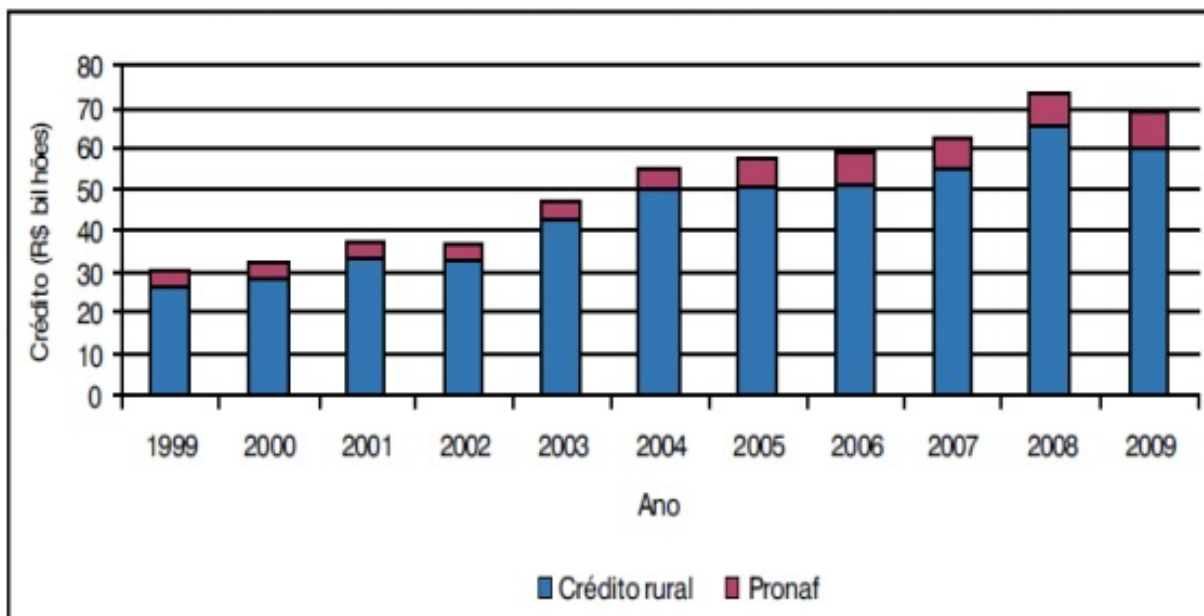
Através das reformas nacionais desenvolvimentistas, o estado inseriu políticas de desenvolvimento para o campo, com expansão das Linhas de Crédito do PRONAF e outras políticas em simultâneo.

A partir de 2003, com o Programa Vida Digna no Campo e o Brasil Fome Zero, sob a liderança do Presidente Lula, o Brasil vai fortalecer a Agricultura Familiar, como produtora de alimentos para um Brasil Fome Zero. Para isso serão criados novas Linhas do PRONAF, ampliado seus recursos e sua base de atuação, e novos instrumentos de Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural Sustentável serão criados. Na safra 2003-04, a primeira do Governo Lula, são anunciadas alterações importantes do PRONAF. O lançamento do Plano no Palácio do Governo, com a presença do Presidente Lula e dos principais Ministros, Deputados, Senadores, das lideranças das organizações dos agricultores familiares e dos presidentes dos Bancos do Brasil, do Nordeste e da Amazônia, comprometia todos com as novas medidas lançadas tendo a agricultura familiar como uma das prioridades do governo (BIANCHINI, 2015, p.43).

Nesse contexto de aumento das linhas de crédito voltado para o financiamento das respectivas safras, o investimento dos recursos voltados para a agricultura familiar tiveram uma expansão significativa a partir dos anos 2000. A aquisição do crédito rural está intrinsicamente ligada a bancos públicos e cooperativas de crédito rural, dentre eles: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, a Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Assim, conforme podemos ver no Gráfico 01, os dados referente ao crédito rural brasileiro entre (1999-2009):

Gráfico 01 – Evolução do Crédito Rural e do Pronaf de 1999-2009.



Fonte: Banco Central do Brasil.

Conforme gráfico acima, houve um crescimento expressivo do crédito geral concedido aos agricultores entre (1999-2009). Entre 2002 a 2003, período de chegada do PT a presidência da república, percebemos um crescimento dos recursos voltados para o financiamento, saindo de aproximadamente, R\$ 35 bilhões em 2002 para R\$ 70 bilhões em 2008.

O crédito como recurso indispensável, juntamente com a técnica e a informação para desenvolvimento econômico do agronegócio, importante segmento da economia brasileira, é ofertado por diversas instituições financeiras de interesses agrários, ou não, como, já mencionados anteriormente. O Estado teve e mantém um importante papel na oferta de crédito rural com a execução de uma série de planos e programas direcionados às atividades agrícolas, nessa seção abordaremos, sumariamente, algumas linhas governamentais de crédito direcionados a diferentes segmentos do campo (ANDRADE,2012, p.08).

Nesses moldes, o processo de industrialização constituída em conjunto com a consolidação dos complexos agroindustriais, também se expandiu a partir da ampliação dos recursos do PRONAF.

Dessa forma, a política pública de crédito rural passou a ultrapassar seu âmbito apenas de instrumento de financiamento, com resultados econômico e produtivo. O crédito rural passou a ser tratado pelos formuladores da política como elemento essencial de combate as desigualdades sociais, pois a diversidade de linhas de crédito, as quais podemos citar: As

principais linhas de crédito do programa são: Pronafinho; o Pronaf Agroindústria; o Pronaf Agregar; o Pronaf Infra-Estrutura e Serviços Municipais; fusão dos anos 2000, das linhas de crédito de investimento Agregar e Agroindústria, com o nome de Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural; o Pronaf Florestal; Pronaf Alimentos; Pronaf Pesca; Pronaf Agroecologia; Pronaf Turismo Rural; Pronaf Mulher; Pronaf Jovem Rural; Pronaf Semi-Árido e Pronaf Máquinas e Equipamentos (BUENO, 2008).

Dessa forma, também tivemos o crescimento das indústrias voltadas para a produção de máquinas e equipamentos agrícolas, como a New Holland, Massey Ferguson, Case, John Deere, Agrale, entre outras.

Também tivemos a expansão da matéria prima que constituiu as indústrias agroalimentares, (Kit Kat, Bif, Jbs-Brasil, Knorr, Nestlé, Garoto, Lacta, Aurora, entre outras).

De acordo com os dados do Censo de 2006 (BRASIL, 2008), os produtores enquadrados como familiares, ou seja, pequenos produtores, foram responsáveis pelos seguintes percentuais de produção: 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 16% da soja, 58% do leite de vaca, 67% do leite de cabra, 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves e 30% bovinos. Esses números são considerados relevantes no contexto da produção nacional, mas podem não representar muitos ganhos para os pequenos produtores rurais dependendo da forma que eles comercializam seus produtos. A criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) representou um marco na política agrícola brasileira, já que o Estado passou a participar do processo de comercialização da pequena produção familiar, garantindo a aquisição dos produtos a preços justos. Dessa forma, os pequenos produtores se sentem seguros e incentivados a produzir (FUSCALDI, 2009, p. 01, 02).

A implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), política pública planejada, implementada e desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com objetivo de permitir a permanência das famílias em pequenas unidades produtivas com a compra governamental da produção.

Nessa perspectiva de desenvolvimento econômico e produtivo no campo, levaram consigo um desenvolvimento social ao campo com elevação da renda das famílias, acesso a moradia e luz, acesso aos mercados consumidor, acesso a educação básica e superior, etc.

Considerações Finais

O artigo objetivou esclarecer os reflexos no campo brasileiro a partir da formulação, atuação e consolidação de algumas políticas públicas, após 1970 no país de ligação direta e indireta com o espaço rural. As políticas públicas iniciais estiveram sobrepostas sobre o

processo de modernização conservadora da agricultura, oferecendo crédito rural subsidiado, assistência técnica e extensão rural e política de garantia aos preços mínimos, todas com foco essencial sobre aumentar os níveis totais de produção agrícola. Todavia a seletividade espacial dessas primeiras políticas de fomento agrícola, repercutiram em um descontentamento populacional e a emergência dos movimentos sociais de esquerda, reivindicando direitos coletivos da classe dos pequenos e médios produtores rurais. Além disso, o quadro de reconhecimento, impulsionado de antemão pelos movimentos sociais, da importância produtiva, econômica e social da agricultura familiar diversificada, contribuíram para a emergência de políticas públicas de amparo a ela, principalmente o Pronaf. Além do Pronaf, outras políticas públicas estiveram em existência simultânea a ele, porém não específicas somente ao espaço rural, mas com repercussões significativas no campo nas áreas de habitação rural, educação do campo, educação superior, infraestrutura, agroindústrias etc.

Referências

- ANDRADE, A. A. **Crédito rural e financeirização do território: a expansão do agronegócio no Rio Grande do Norte**. Uberlândia, 2012.
- BIANCHINI, V. **Vinte Anos do PRONAF, 1995-2015. Avanços e Desafios**, Brasília, Equipe editorial, 2015.
- BRASIL. DECRETO n 1.946, de 28 de junho de 1996: Cria o **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**, e dá outras providências, 1996.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988, p.104.
- BUENO, Luciano Ribeiro. **Avaliação socioeconômica do Pronaf no Estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina. 2008.
- CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo. 2000. p. 205
- DELGADO, Guilherme. O capital financeiro e a agricultura no Brasil: 1965-1985. Campinas: Unicamp, 1985.
- ELIAS, Denise. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera**. Presidente Prudente, 2009. p.29-51. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/1442>>. Acesso em janeiro de 2017.
- FUSCALDI, C. K. **Programa de Aquisição de Alimentos: uma política de apoio à comercialização agrícola**. Campo Grande, 2010.
- NUNES, Hernani, Flavio, Pessatto. **POLÍTICAS ANTICÍCLICAS NO GOVERNO LULA (2003-2010): leituras de Márcio Pochmann e Marilena Chauí. I Seminário de Pós Graduação em Geografia de Francisco Beltrão – Pr**. Unioeste: Francisco Beltrão, 2017. p. 16-24.
- MATOS, R. **Migração e urbanização no Brasil**. Belo Horizonte, 2012. 23 p.
- MEDEIROS, M, C. **Industrialização E Agricultura : O Complexo Agroindustrial Do Arroz De Santa Catarina**. EDUNIOESTE. Cascavel. 2006.

PANHO, Leila Maria. As fases do processo de modernização da agricultura no Brasil. **I Seminário de Pós Graduação em Geografia de Francisco Beltrão – Pr. Unioeste:** Francisco Beltrão, 2017. p. 25-35.

SANTOS, N, E, R. **Movimentos Sociais e Geografia: Sobre as espacialidades da ação social.** Rio de Janeiro. Livraria Consequência, 2011.

SARON, A, F; HESPANHOL, N, A. **O PRONAF E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL:** o desafio da (re)construção das políticas de apoio a agricultura familiar. *Geo UERJ* - Ano 14, nº. 23,v. 2, 2º semestre de 2012 p. 656-683

SILVA, A, M. **O Brasil da era Lula: transição capitalista, reestruturação territorial e questão financeira.** *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 357-369, 2014.

SZMRECSÁNYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil.** São Paulo: 1990.

TIEZZI, S. **A organização da política social do governo Fernando Henrique.** São Paulo em perspectiva, 18(2): 49-56, 2004.

VIGEVANI, T; JÚNIOR, R, H. **Mudanças da inserção brasileira na américa latina.** *Lua Nova* no.78 São Paulo 2009.